

A EDUCAÇÃO MUSICAL NO MARANHÃO: UM OLHAR HISTÓRICO

GTE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSCAL

Comunicação

Franklin Bruno da Silva Barros
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
franklinbrunos@gmail.com

Alberto Pedrosa Dantas Filho
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
alberto.dantas@ufma.br

Resumo: Este artigo apresenta um panorama histórico da educação musical no Maranhão, destacando a problemática das tensões entre a influência europeia e as expressões locais, entre o elitismo e a busca pela democratização da arte. A escrita sobre a educação musical no Maranhão permite compreender que as vivências musicais do estado resultam de inúmeras contribuições que se mantiveram ao longo do tempo, revelando contradições e transformações que marcam a história cultural maranhense. O objetivo central é analisar essa trajetória, ressaltando os principais momentos que moldaram o ensino da música no estado, desde a chegada dos jesuítas no período colonial e a criação das primeiras aulas, passando pelas regulamentações do período imperial, pela fundação da primeira Escola de Música em 1902 e sua posterior extinção, até a criação da Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM), em 1971, e a consolidação de cursos superiores de música pela UEMA e UFMA. A pesquisa, de caráter bibliográfico, permitiu perceber como a música foi, ao mesmo tempo, espaço de controle e de resistência, revelando o papel relevante que desempenhou tanto no cenário social quanto no processo de formação de músicos e professores. Dessa forma, consideramos que a história da música no Maranhão expressa a permanência de padrões europeus, mas também a vitalidade das manifestações populares, configurando-se como parte essencial da identidade cultural de um povo e como instrumento de mobilidade social.

Palavras-chave: História da Educação Musical; Identidade cultural; Estado do Maranhão.

Introdução

Conhecer os processos históricos da música em contextos regionais permite compreender suas transformações e sua influência na sociedade. O estado do Maranhão tem raízes culturais muito fortes que se destacam, principalmente, por meio da música, como é o caso do *reggae*, *bumba-meu-boi*, *tambor de crioula*, entre tantas outras manifestações que

Ihe destacam a rica diversidade e riqueza cultural. E a escrita sobre a educação musical no Maranhão, trazendo um olhar histórico, permite ao leitor re(conhecer) que as vivências musicais deste estado são resultado de inúmeras contribuições que não se apagaram ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo precípua analisar, na trajetória da educação musical do Maranhão, o constante tensionamento entre a influência europeia e as expressões locais, entre o elitismo e a democratização da arte, com ênfase nos principais momentos que moldaram o ensino da música no Maranhão, resultando no que hoje temos como expressão de um legado construído ao longo do tempo e a muitas mãos.

As análises feitas durante a pesquisa bibliográfica permitiram perceber que existiu uma dualidade entre a valorização da prática musical e a desqualificação das estruturas de ensino, fato que marcou o desenvolvimento da música maranhense em um contexto marcado pela escravidão e pela estratificação social, como foi característico do período imperial (Gouveia Neto, 2021).

Destacamos, nesse sentido, que os padrões europeus se refletiram desde a prática artística até as regulamentações de apresentações, como destaca Selbach (2010), ao citar os artigos estabelecidos nos chamados Código de Postura. Conforme o autor, esses códigos controlavam rigidamente as apresentações musicais, fazendo clara distinção entre o que determinavam como cultura “civilizada” das elites e as expressões populares. Esse cenário mostra como a música se configurou uma prática de resistência cultural mesmo diante de tais imposições. Selbach (2010) nos permite perceber, ainda, como o poder público oscilava entre a prática de controle e a de promoção da cultura musical, com destaque para o estabelecimento de aulas públicas para instrução musical no final do século XIX.

O século XX, por sua vez, foi marcado por momentos importantes para o ensino de música no estado Maranhão, com destaque para a profissionalização do ensino de música, criação da primeira Escola de Música, que não conseguiu se estabilizar, motivo que ocasionou sua extinção. No entanto, em 1974, tivemos a fundação da EMEM, que se consolidou e vem se dedicando à formação de músicos no estado. Além da EMEM, o estado, hoje, conta com cursos superiores ofertados pelas Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Mediante essas considerações, ressaltamos que este artigo não só analisa a história da institucionalização do ensino musical no estado do Maranhão, mas também promove uma reflexão sobre os desafios e as conquistas da música maranhense em sua busca por reconhecimento e autonomia, além das influências externas, somadas às expressões locais, que a música do estado recebeu e moldaram a identidade musical maranhense.

A Escola de Música no Maranhão

Dantas Filho (2014), a partir de sua obra intitulada *“A grande Música do Maranhão Imperial – Estudo histórico-musicológico a partir do Acervo Musical João Mohana”*, traz com riqueza de detalhes alguns acontecimentos da música maranhense imperial, a partir de autores como Adrien Balbi, geógrafo italiano que, em sua obra datada de 1822, faz referência ao Maranhão, como ele mesmo revela a seguir:

Podemos dizer que esta parte da música [praticada no Brasil] é quase exclusivamente de uns poucos mestres italianos estabelecidos em Lisboa, em virtuosos que executam a ópera italiana em Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Existem alguns estabelecimentos portugueses onde, entretanto, pode-se aprender música vocal e instrumental, mas todos eles são organizados em um plano muito limitado não podendo ser comparados aos seus congêneres da Itália, França e Alemanha, formando músicos de alto nível (Balbi *apud* Dantas Filho, 2014, p. 36).

Esse trecho da obra de Balbi (1822) demonstra o lugar musical do Maranhão no contexto brasileiro, a despeito de os estabelecimentos responsáveis pelo ensino de música vocal e instrumental serem tratados como limitados perante a outras escolas europeias.

Gouveia Neto (2021), por sua vez, revela que as orquestras de música do Brasil Imperial eram compostas principalmente por mulatos e africanos alforriados. O que não é de se estranhar, considerando que o Brasil imperial ainda carregava muito das tradições europeias, que, nesse caso, os mulatos¹ e africanos alforriados, apesar de estarem ainda em camadas sociais distintas e distantes, poderiam ser assemelhados à burguesia europeia, que, nesse período, era a composição majoritária das camadas que seguiam a carreira musical.

¹ Termo êmico, historicamente utilizado para descrever pessoas de ascendência mista especificamente descendentes de africanos e europeus. No contexto da história brasileira, o termo emergiu durante o período colonial, quando a interação entre europeus, africanos escravizados e indígenas resultou em uma população diversa.

Norbert Elias (1995) ressalta a situação do músico europeu, ao afirmar que:

A maioria das pessoas que seguia uma carreira musical era de origem não nobre, ou, em nossa terminologia, burguesa. Se quisessem ter êxito na sociedade de corte, e encontrar oportunidades para desenvolver seus talentos como músicos ou compositores, eram obrigadas, por sua posição inferior, a adotar os padrões cortesãos de comportamento e de sentimento, não apenas no gosto musical, mas no vestuário e em toda a sua caracterização enquanto pessoas (Elias, 1995, p. 20 *apud* Gouveia Neto, 2021, p. 43).

É importante ressaltar que Elias (1995) está narrando o contexto de músicos brancos na sociedade europeia, elitista e racista. Portanto, não se pode esperar um tratamento muito diferente da sociedade brasileira que fora colonizada por esses mesmos europeus, e, dessa forma, existia uma tentativa de assimilar a cultura europeia, ainda mais considerando o contexto de músicos mulatos, escravos e escravizados.

No Maranhão, mais precisamente na capital, São Luís, essa tentativa de assimilação, ou imposição da cultura europeia, pode ser vislumbrada nos chamados Códigos de Postura, sendo o primeiro elaborado em 1842, pela Câmara Municipal. Esses códigos abordavam uma variedade de temas, abrangendo desde questões públicas, como a limpeza das ruas, até comportamentos privados, como a prática de proferir nomes indecorosos dentro das residências. Os músicos e artistas em geral não eram exceção nos Códigos de Postura, é o que demonstram dois artigos do Código de 1968:

Art.º 14º. Todo o que der espectáculo de qualquer natureza que seja, no theatro, quando não for por contracto com o governo, nas ruas, nas praças, ou chãos desta cidade sem licença da câmara, pagará de multa vinte mil reis, e o dobro nas reincidências.

Art.º 94º. É prohibido fazer voerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso. Aos contraventores a multa de quatro mil reis e vinte quatro horas de prisão (Selbach, 2010, p. 48 e 65).

Tais proibições podem ser facilmente compreendidas, quando é retomada a ideia de assimilação da cultura europeia e, portanto, incorporando uma marginalização de músicos, numa tentativa de imposição de modos considerados de civilidade e modernidade das camadas mais altas da sociedade maranhense sobre as camadas mais pobres. É relevante assinalar que, no período já citado, os escravizados, mesmo com tantas proibições, “[...] em lugares e dias determinados, [...] podiam também exercer sua musicalidade e expressar sua

alegria e contentamento, mesmo em tempos de tristeza e maus-tratos [...]” (Gouveia Neto, 2021, p. 60).

A notória vontade de se assemelhar à Europa trouxe também algo construtivo, como, por exemplo, a construção do Teatro União, que fora iniciado em 1815 e inaugurado em 1817. No eixo norte/nordeste, o teatro União só não é mais antigo que o Real Teatro de São José, construído em Salvador, inaugurado em 1812.

De acordo com Salomão (2016, p. 28), apesar de a chegada dos jesuítas no Maranhão ser datada de 1622, criando e mantendo o ensino a partir daí, e constando a informação da primeira escola instituída por eles, a partir de 1629, eles não tinham a permissão de ensinar música, como relata a autora:

O ensino de música não era permitido pela liderança da Companhia, para que os padres pudessem dedicar-se mais aos ofícios da Igreja. No entanto, ele ocorria principalmente em locais distantes dos centros maiores. No Maranhão, pode-se mencionar o Padre Diogo da Costa, que entre os anos de 1690 e 1692 morava no Colégio do Maranhão (Salomão, 2016, p. 28).

Observa-se que, assim como na maioria das províncias, para não dizer em sua totalidade, no Maranhão, a instrução musical se iniciou também com os padres jesuítas, modificando-se a partir de 1750, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, na tentativa de reorganizar o ensino sob moldes científicos e não mais apenas religiosos.

Na educação pública, a disciplina *rudimentos de música e exercícios de solfejo e canto*, e a disciplina de *música vocal* são instituídas, a partir do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, para ambos os sexos, com idade de sete a quatorze anos. A primeira era disciplina das escolas primárias do 1º grau do município do Império, a segunda, das Escolas Normais do Estado. No Maranhão, essas disciplinas se tornam obrigatórias a partir da obrigatoriedade do ensino primário, já citado no decreto anterior, mas agora pelo Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891. No entanto,

No *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Maranhão* dos anos de 1861, 1863, 1866, 1868 e 1869, foram identificados vários colégios particulares e públicos que incluíam aulas de música em seu currículo, embora em alguns não de maneira permanente, bem como o nome dos professores, com seus respectivos endereços e o valor a ser pago pelos alunos para frequentarem essas aulas (Salomão, 2016, p. 34).

Essa informação revela que o ensino de música já era praticado nas escolas, apesar de ser, em sua maioria, em escolas particulares. Entretanto, o poder público do Maranhão, mais precisamente em sua capital, começou a investir no ensino de música, no início dos anos 1900, como constatamos neste relato a seguir:

No Maranhão, a primeira iniciativa em relação a esse ensino, mais de meio século depois da realizada na capital do país, foi a Aula Noturna de Música, criada em São Luís em 19 de março de 1900, pela Lei nº 244, tendo como diretor o maestro Antonio Rayol, que foi nomeado no dia 27 e assumiu no dia 30 do mesmo mês e ano, com um salário de 200 mil réis mensais (Salomão, 2016, p. 63-64).

Antônio Rayol revela, em Mensagem ao Governador do Estado², que as aulas deveriam ser iniciadas no dia 10 de abril de 1900. Não obstante, elas tiveram início no dia 15 do mesmo mês, com um total de 48 alunos de ambos os sexos, matriculados, tendo novas matrículas, mesmo após o início da aula, posteriormente, totalizando 92 alunos, considerando os ouvintes. Na mesma mensagem, explica que o programa de ensino, assim como na Aula de Música da Escola Normal, era dividido em Teoria Elementar e Solfejo, num período de 4 anos. Consta, ainda, no relato, ainda, que as aulas findaram, tendo sido concedido um período de férias aos alunos, iniciado em 22 de novembro de 1900, com retorno em 1º de fevereiro do ano seguinte. No final do ano letivo, após um exame, era concedido um certificado de aprovação aos alunos.

Na *Mensagem Apresentada ao Congresso do Estado*, de 10 de fevereiro de 1902, pelo Governador do estado, João Gualberto Torreão da Costa, criava, a partir da Lei nº 280, a Escola de Música, que passava a funcionar com os materiais da extinta aula de música do Liceu Maranhense, na rua Madre Deus. Extinguindo-se também a Aula Noturna de Música. Isso se deu graças a pedidos de Antonio Rayol, o qual passou a ser diretor da Escola de Música. A própria mensagem revela que “[...] tudo isto em grande parte se deve ao diretor da escola, cidadão Antonio Rayol, cuja aptidão está despertando nesta cidade o gosto pelo estudo da música” (Maranhão, 1902, p. 22).

² A mensagem do Governador do Estado, hoje chamada de Mensagem Governamental, é um documento que faz uma retrospectiva das ações e investimentos feitos no ano anterior pelo Executivo Estadual e apresenta perspectivas para o ano vigente. A mensagem da qual fazemos menção aqui, está disponível em formato digital, na plataforma DOCPRO.

Esse despertar pode ser comprovado pelo aumento de matrículas, que a professora Salomão (2016) relata, citando a Mensagem do Governador do Estado:

[...] matricularam-se 158 alunos de ambos os sexos, ficando vinte alunos na cadeira de piano, dois na de canto solo, oito na de canto coral e o restante nas de teoria e solfejo individual. Por falta de instrumento, a cadeira de piano funcionou praticamente dois meses depois de começadas as aulas (2016, p. 67).

Além das disciplinas citadas neste trecho, a escola também contava com as cadeiras, violino, flauta, clarinete e oboé. Apesar da crescente busca pelos cursos da Escola de Música, inclusive comprovado pelos vários pedidos do diretor da Escola, por professores de cadeiras que ainda estavam vagas e melhorias do prédio e dos instrumentos, a Escola foi extinta em 1912. Após isso, as aulas particulares passam a ser o principal meio de educação musical. É importante ressaltar que as aulas particulares de música não são subsequentes à extinção da Escola, elas já existiam, porém, não eram baratas, sendo, dessa forma, destinadas à parte mais abastada da sociedade maranhense, tanto da capital quanto de outras cidades do interior (Salomão, 2016).

Entre os muitos professores de escolas ou de aulas particulares, mencionados na literatura especializada, uma professora se destaca no cenário da capital maranhense, Lilah Lisboa de Araújo. Pianista, estudou música em Portugal e na Inglaterra, mas também no Brasil, no Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro, sendo aluna, inclusive de Heitor Villa-Lobos. Sobre Lilah Lisboa, destacamos:

[...] era professora de piano escolhida preferencialmente pela elite de São Luís. Processo natural considerando o status social de Lilah Lisboa e dos que frequentavam sua casa, referência cultural na cidade. Em verdade, outro fator contribuía para esse alunato rico, era o alto valor de suas aulas. Sobre isso, a pianista Walquíria Ferreira Netto comentou que “Lilah Lisboa cobrava caríssimo por suas aulas” (Silva, 2015, p. 132).

A fala da pianista corrobora a ideia de que as aulas particulares de música eram, de fato, para a população mais rica, ajudando a elitizar o ensino de música. Lilah Lisboa foi atuante na cultura do Maranhão entre os anos 1940 e 1960, estando à frente de grandes eventos musicais e até de outras artes. Atuou também como professora de piano particular e

coordenadora das atividades de canto orfeônico das escolas da capital, tendo sido recomendada ao Governador do estado pelo próprio Maestro Heitor Villa-Lobos.

Em 1971, no governo de Pedro Neiva de Santana, a partir da Lei nº 3.225, foi criada a Escola de Música do Estado do Maranhão, sendo integrada à Fundação Cultural do Maranhão – FUNC, também instituída pela mesma Lei já mencionada. Inicialmente, a nomenclatura utilizada para mencionar a Escola de Música não era a mesma da Lei, como revela Silva (2015):

Inicialmente, a palavra “Estado” não fazia parte da nomenclatura da Escola. Embora constasse no Decreto de criação da Escola, tal estabelecimento era referenciado pela imprensa maranhense apenas como Escola de Música do Maranhão – EMMA, como pode ser constatado em diversos jornais. Desta maneira, a Escola de Música seria representada pela sigla EMMA por muitos anos (p. 159-160).

Sediada, num primeiro momento, a escola situava-se em um prédio alugado, na Avenida João Pessoa, n.º 44, no bairro Monte Castelo, entre os anos de 1974 e 1978. Ocupando o cargo de direção, a pianista Maria José Cassas. Para o quadro de professores, foi necessário convidar professores de outros estados, em decorrência da falta de professores com formação específica na área de Música.

Entre os anos de 1978 e 1981, situou-se em um novo prédio, também provisório, sendo dirigida pela bailarina Regina Telles. E somente na sua terceira sede, agora em um prédio próprio, passou a ser denominada Escola de Música do Estado do Maranhão Lilah Lisboa – EMEM, situada na rua Santo Antônio, 161, Centro. Em um primeiro momento, foi dirigida por Olga Mohana. Em 2001, no dia 18 de abril, é transferida para sua nova sede, também própria. O prédio não poderia ser mais bem escolhido: um sobrado do século XVIII, na rua da Estrela, Centro Histórico, antiga casa de D. Lilah Lisboa, que tem também seu nome acrescentado ao da escola, passando, a partir de então, a ser chamada de Escola de Música do Estado do Maranhão Lilah Lisboa de Araújo.

A EMEM, “[...] desde sua fundação até o presente, constitui a principal entidade formadora de músicos no Estado” (Silva, 2015, p. 160). Não há, nesse momento, um estudo que possa quantificar a quantidade real de escolas de música pelo interior do Estado do Maranhão, mas, além da EMEM, que tem ex-alunos trabalhando em escolas e bandas de

música no interior maranhense, o advento dos cursos superiores de música, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e da Universidade Aberta do Brasil, através da UEMANet, tem contribuído para a formação de novos profissionais, habilitando-os para o ensino de música no Estado.

Considerações Finais

A educação musical no Maranhão revela os padrões europeus que moldaram o ensino e as práticas artísticas, mas também traz em seu seio como a música serviu como instrumento de expressão e mobilidade social para grupos marginalizados, como escravos, libertos e mulatos. Dos tempos coloniais até o estabelecimento da Escola de Música do Estado, percebemos movimentos marcados por contradições, resistências e transformações.

Dos textos e documentos lidos para esse estudo, pudemos perceber o papel relevante que a música sempre ocupou na sociedade do estado do Maranhão, a saber, destacamos a criação de escolas e regulamentações que evidenciam essa relevância para o ensino de música não apenas na capital do estado, mas também para seu interior. Vale salientarmos que a história relata que houve dificuldades nesse processo, no entanto podemos perceber que houve um esforço contínuo para institucionalizar e democratizar o ensino de música em todo o estado.

Pudemos inferir, neste estudo, que a história da Música no Maranhão não é algo que possa ser resumido em espaços e estruturas formais de ensino, pois se constitui o reflexo vivo da identidade cultural de um povo, expressas de diversas formas e práticas culturais que resistem ao longo dos tempos. Os chamados Códigos de Postura exemplificam, claramente, uma forma de controle, que tentaram silenciar as manifestações musicais populares, no entanto não conseguiram êxito, e estas permanecem vivas e cada vez mais presentes no âmbito social do estado. A música, no estado Maranhão, foi tanto um campo de imposição de valores europeus quanto um espaço de reinvenção e identidade, especialmente para as camadas mais pobres da população.

A EMEM, por sua vez, caracteriza-se como a principal instituição formadora de músicos no estado, no entanto ainda existem inúmeros desafios quanto a essa formação, principalmente em relação ao interior do estado e à formação de professores qualificados. A

expansão dos cursos superiores de música, ofertados pela UEMA e UFMA, marcam um importante passo na superação desses desafios, ainda assim há ainda muito a ser feito para garantir que a educação musical alcance todas as regiões do estado de forma equitativa.

Por fim, o conhecimento da história da educação musical não permite apenas um enriquecimento do entendimento sobre a cultura maranhense, mas nos permite perceber como a música pode ser tanto um reflexo das desigualdades sociais quanto uma ferramenta de transformação social. O estudo da música é ferramenta essencial para garantir que a arte continue a ecoar de forma livre e plural, por todos os espaços.

Referências

BALBI, Adrien. Essai Statistique sur le Royaume de Portugal ed d'Algarve (...). Paris Chez Rey et Gravier, 1822.

DANTAS FILHO, Alberto. **A grande música do Maranhão Imperial**: estudo histórico musicológico a partir do acervo Musical de João Mohana. Teresina: Halley, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. v.1.

GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas**: estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. São Luís: EDUEMA, 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado, 10 fev. 1902 pelo Exmo. Sr. Governador Dr. João Gualberto Torreão da Costa. São Luís, 1902.

SALOMÃO, Kathia. **O ensino de música no Maranhão (1860 -1912)**: lugares, práticas e livros escolares. São Luís: EDUFMA, 2016.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Códigos de postura de São Luís-MA**. São Luís/MA: EDUFMA, 2010, 304p.

SILVA, A. M.; SILVA, S. M. da. Relação escola-comunidade em regiões de fronteira. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], n. 52, p. 28–46, 2018. DOI: 10.34626/esc.vi52.73. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/73>. Acesso em: 12 ago. 2024.